

Câmaras coloniais e poder central: uma relação directa privilegiada

Iva Cabral

Toda a história colonial de Cabo Verde está marcada pela acção e protagonismo do poder local. Este protagonismo é acentuado ou atenuado dependendo do poder económico, social e militar da elite que representa esse poder.

O poder local em Cabo Verde foi ocupado durante os séculos XVI, XVII e XVIII por três elites diferentes na sua composição social, económica e rácica.

A primeira elite (século XVI) — reinol, nobre, urbana, cosmopolita, armadora, proprietária rural — era uma ramificação da elite portuguesa, que se aventurara e se instalara no arquipélago, recém-descoberto, para comerciar em segurança, com o continente fronteiro. Foi ela que construiu a Ribeira Grande, primeira cidade lusa dos trópicos, e que a tornou em uma das escalas mais procuradas no Atlântico nesse período.

A primeira elite de Santiago é substituída, a partir dos finais do século XVI, por uma outra que, embora constituída por elementos reinóis ou de ascendência europeia, já não é uma extensão da nobreza portuguesa. Isto porque os membros desta última não se deslocam mais para estas ilhas longínquas e de alegado “clima doentio”. Fazem os seus negócios com a costa africana, através de feitores e procuradores.

Esta segunda elite não tem o *status* social e económico da primeira, por razões diversas tais como: o desvio gradual da rota de escravos do arquipélago; o interesse e protagonismo cada vez mais actuante dos grandes mercadores europeus nesse tráfico (contratadores, grandes comerciantes de escravos); a acção dos piratas. Mas usa a seu favor a proximidade das ilhas em relação ao continente africano e o conhecimento prático que os moradores de Santiago tinham da realidade desse mercado. Os homens poderosos de Santiago são os feitores, procuradores e às vezes os parceiros dos comerciantes reinóis nas ilhas e na Costa da Guiné.

Essa elite é, tal como a primeira, urbana e cosmopolita, ocupa o segundo escalão dos ofícios da administração régia nas ilhas é escravocrata, proprietária ou administradora das melhores terras e controla o poder local através da Câmara.

A terceira elite (segunda metade do século XVII e século XVIII) é endógena, mestiça — e agora, sim, podemos afirmar com toda a propriedade que se trata de uma elite cabo-verdiana; já não é tão urbana quanto as primeiras, tem os seus interesses económicos essencialmente enraizados na terra e encontra na filiação à Milícia a única forma de enobrecimento: são os ditos capitães e coronéis.

Ela é composta pelos chamados “brancos da terra” (que inclusive podem ser pretos): grandes proprietários rurais que, com o desvio definitivo do tráfico de escravos, voltaram-se para o interior da ilha, onde adquiriam rendas advindas da exploração da terra e da comercialização de produtos agrícolas e manufactureiros.

Assim de intermediária e parceira dos comerciantes estrangeiros e reinóis a elite da Ribeira Grande transforma-se em abastecedora de víveres e de produtos para o trato desses mesmos comerciantes.

Com a afirmação desta elite está completada a cabo-verdianização da população da ilha de Santiago representada por 3 grandes camadas sociais: a elite milicianiana, os vadios (camponeses) e os escravos.

Neste pequena intervenção vou-me debruçar sobre a primeira elite de Cabo Verde e analisar a sua composição social, a visão que tem da ilha, a sua actividade económica e a sua relação com o poder central através de duas cartas da Câmara da Ribeira Grande, datadas de Outubro de 1512¹.

A primeira carta é uma Petição do povo de Santiago, dirigida ao Rei, na qual os homens bons de Santiago pedem que não seja aplicado na ilha o alvará (de 24 de Outubro de 1512) que obriga os navios carregados de escravos a aportarem em Lisboa.

Na segunda carta dirigida ao Secretário do Reino, António Carneiro, os vizinhos de Santiago queixam-se dos rendeiros das ilhas.

Os assinantes da primeira carta, apresentam-se como sendo “mercadores, escudeiros, cavaleiros e ainda fidalgos pobres” que na ilha “remedeiam e sustem sua vida”.

Nela afirmam que à ilha de Santiago aportam navios com mercadores vindos de Lisboa, Setúbal, Algarve, ilhas da Madeira, Açores, Canárias e Castela, trazendo mercadorias de primeira necessidade, sem as quais lhes seria impossível viver nessa terra tão longínqua. Essas mercadorias são: o azeite, a farinha de trigo, o vinho, os lenços, os panos de vestir e as ferramentas. Segundo os homens bons de Santiago esses comerciantes levam de volta para as suas cidades mercadorias — sobretudo escravos — trazidas da costa africana pelos armadores/moradores da ilha.

¹ HGCV, Corpo Documental, vol. I, doc. 76, post. 24 de Outubro de 1512; HGCV, Corpo Documental, vol. I, doc. 77; 25 de Outubro de 1512, ; António Brásio, M.M.A., 2ª série, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc. ; António Brásio, M.M.A., 2ª série, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc.

Na segunda carta, dirigida ao Secretário do Reino, os assinantes explicam claramente as razões por que se dirigem a este alto funcionário: “/.../ nós sabemos quão virtuoso e poderoso sois em essa corte, com el Rey nosso senhor, que uma palavra vossa aproveitará muito por nós /.../”.

Mas, na mesma missiva, eles lembram ao interlocutor do Reino que também lhe podem ser úteis: “João Jorge, nosso procurador, dará a vossa mercê um par de peças de escravos moços de boa idade. Pedimos a vossa mercê que os queira aceitar, por ser esta a primeira coisa que enviamos e que o serviço seja pelo presente pequeno, as vontades e desejos são bons para vos servir”

Nesta carta os homens bons de Santiago apresentam-se claramente como armadores, descrevem a situação económica da ilha e demonstram a sua valia como vassalos com posses, habitantes de uma ilha estrategicamente situada no Atlântico, que podem ser proveitosos à política ultramarina do rei: “E porque, senhor, a terra vai ora de bem em melhor e está em muita paz e concórdia e é grande escala para as naus e navios de Sua Alteza, e assim para os navios de São Tomé e Ilha do Príncipe e para os navios que vão para o Brasil e da Mina e todas as partes de Guiné, que quando aqui chegam perdidos e sem mantimento e gente aqui são remediados e providos de todo /.../”, como aconteceu a “Afonso de Albuquerque, que vinha da Índia em a nau Santiago e assim /a/ Álvaro Barreto, que veio em a nao Santa Marta, que aqui chegaram perdidos e foram providos de todo o que lhe foi necessário; a uma se deu 80 e tantos mil reais para seu fornecimento, e a outra houve bem 100 peças de escravos para darem a bomba, porque se ia a fundo e foi provida de todo outro mantimento com muito amor, que todos temos a serviço de nosso Senhor /.../”

Nesta petição os assinantes insistem na importância da ilha de Santiago como escala para a navegação; queixam-se dos rendeiros e pedem que não seja enviado corregedor para as ilhas².

As informações assim recolhidas nessas duas cartas sobre a posição social e económica de seus assinantes pode ser melhor visualizada através da compilação de dados extraídos de outros documentos que nos permitem fazer uma biografia colectiva desses moradores de Santiago que compunham a primeira elite de Cabo Verde.

Para isso fizemos um quadro que contém os dados de todos os assinantes das cartas que foram analisadas:

Quadro: Homens principais da ilha de Santiago que assinaram as duas cartas em 1512

Nome	Categoria social, naturalidade, parentesco e idade	Cargos na Administração Pública e Camarária	Actividades militares e outras
Dias, Afonso ³	• Português	• Oficial da Câmara (1512)	• Armador (1516, 1524) • Senhorio do Navio “Santa Maria de Nazaré”
Dias, Álvaro ⁴	• Escudeiro do Rei • Falecido em 1539	• Oficial da Câmara (1512) • Almoxarife da Ribeira Grande (proprietário do ofício) (1512-1534) • Almoxarife da vila de Alcatrazes (1513)	• Armador (1515, 1516)
Dias, Vicente ⁵		• Oficial da Câmara (1512) • Juiz da Câmara (1514)	• Armador (1513, 1514, 1515)
Fernandes, Lopo ⁶		• Oficial da Câmara (1512) • Almoxarife da ilha do Fogo (1527)	• Armador (1513, 1514)

2 Porque os que “/.../ já quá vierã todos derã de sy maoo testemunho, e hus mor/r/erã, outros foram de quá emprazados, outros presos por mamdado de sua alteza e outros todos foram por mall cabo, cousa que fizerã nuca veo a lume, mas antes danarã esta terra e despeytarã ho povo /.../”. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-12-23; H.G.C.V., *Corpo Documental*, vol. I, Lisboa, 1988, doc. 77, p. 214, 25 de Outubro de 1512.

3 H.G.C.V., *Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, p. 202, 1513-1516; IAN/TT, Chancelaria de D. João III, L.º 37, fl. 76, 92, 10 de Junho de 1524.

4 IAN/TT, Chancelaria de D. João III, Doações, L.º 7, fls. 39v-40, D.3; H.G.C.V., *Corpo Documental*, vol. I, Lisboa, 1988, doc. 75, 4 de Maio de 1512; H.G.C.V., *Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 200, 201, 1513-1516; IAN/TT, Chancelaria de D. João III, Doações, L.º 26, fl. 130V, D. 1, 28 de Abril de 1539; Sena Barcelos I, pp. 70, 71, 77; Núcleo Antigo n.º 757;

5 IAN/TT, Núcleo Antigo n.º 757; H.G.C.V., *Corpo Documental*, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 60, 120, 194, 1513-1516.

6 Idem, pp. 57, 122; IAN/TT, CCII-140-148, fls. 2, 2V, 3V, 8 de Maio de 1527.

Jorge, João ⁷	<ul style="list-style-type: none"> • Escudeiro do Rei 	<ul style="list-style-type: none"> • Procurador dos moradores da Ilha de Santiago (1510-1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Carta de perdão: “/.../ João Jorge /.../ o vigário da ilha de Santiago da parte da Ribeira Grande o mandara prender /.../ dizendo que ele suplicante vendera cartas pintadas em papel com imagens em Guiné pelo qual o capitão da dita ilha o mandara meter na cadeia pública da dita vila /.../ (1501)
Lopes, Duarte ⁸		<ul style="list-style-type: none"> • Oficial da Câmara (1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Capitão do navio (1513, 1514, 1515)
Luís, António ⁹		<ul style="list-style-type: none"> • Assina a carta dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande ao Secretário do Reino (1512) • Vereador ou Juiz (1521) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercador
Martins, Francisco ¹⁰ (o Moço)	<ul style="list-style-type: none"> • Reinol • Irmão Francisco Martins, o velho • Cristão novo? 	<ul style="list-style-type: none"> • Assina a carta dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande ao Secretário do Reino (1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Procurador e feito de seu irmão, o rendeiro das ilhas de Santiago, Fogo e Maio Francisco Martins, o velho (1513-1515) • Armador (1514, 1515) • Rendeiro de $\frac{2}{3}$ dos rendimentos das ilha de Santiago, Fogo e Maio no lugar de Francisco Martins, o velho (1514-1516) • Rendeiro dos quartos e vintenas da ilha de Santiago nos anos de 1523-1525
Noli, João da ¹¹	<ul style="list-style-type: none"> • Descendente dos Nolis descobridores da ilha de Santiago – Parente de António da Noli e parente próximo de Rafael da Nole • Cavaleiro da Ordem de Santiago 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficial da Câmara (1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos mais ricos e poderosos proprietários (rural e de imóveis) da ilha de Santiago: Tinha um rendimento de 200.000 reis anuais calculados pelos dízimos que pagava • Proprietário de imóveis • Armador (1528)

7 H.G.C.V., Corpo Documental, vol. I, Lisboa, 1988, doc. 44, 21 de Junho de 150; «HGCV, Corpo Documental, Vol. I, Doc. 68, Maio de 1510; HGCV, Corpo Documental, Vol. I, doc. 69, Maio de 1510; HGCV, Corpo Documental, vol. I, doc. 77; 25 de Outubro de 1512.

8 H.G.C.V., Corpo Documental vol. II, Lisboa, 1990, pp. 61, 122, 123, 163, 1513-1516.

9 HGCV, Corpo Documental, vol. I, doc. 77; 25 de Outubro de 1512.; IAN/TT, Corpo Cronológico, II-146-84, 3 de Março de 1521.

¹⁰ HGCV, Corpo Documental, vol. I, doc. 77; 25 de Outubro de 1512.; Sena Barcelos parte I, pp. 69, 70 78, 79.; HGCV, Corpo Documental Vol. II, pp. 208, 228, 1513-1516; IAN/TT, Chancelaria D. João III, L^o 12, fl. 86, D. 2, 11 de Julho de 1526; IAN/TT, Chancelaria D. João III, L^o 20, fl. 137, D. 3, 19 de Fevereiro de 1534; IAN/TT, CCII-187-97, 19 de Fevereiro de 1534;

¹¹ Christiano José de Senna Barcellos, Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, parte I, Lisboa 1899, pp. 20, 75, 77; IAN/TT, Núcleo Antigo n^o 528, fls. 16v, 68v, 69, 75v, 76, 1528; HGCV, Corpo Documental Vol. II, pp. 228, 229; Corpo Documental vol. II, p. 228, 1513-1516.

Peçanha, João ¹²		<ul style="list-style-type: none"> • Escrivão da Câmara (1512) • Tabelião da vila da Ribeira Grande (1513, 1514) • Escrivão da correição das ilhas de Cabo Verde (de Maio de 1513 a fins de Agosto de 1514) 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande proprietário
Pereira, Rui ¹³	<ul style="list-style-type: none"> • Fidalgo da Casa do Rei • Casado na ilha de Santiago • Foi administrador de uma capela deixada por Vasco Gomes • Falecido em 1537 	<ul style="list-style-type: none"> • Assina carta da Câmara (1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietário rural - Povoador da ilha do Fogo • Armador (1514, 1515, 1527, 1528) • Acusado por João de Lila arrendatário da Serra Leoa (1510-1513) de ter colaborado com Estevão Jusarte na tomada de navios e em pirataria -. Em consequência dessa queixa, Rui Pereira e os outros armadores (João Vaz, António Vaz e Fernão de Mello) foram para o Reino tendo sido proibidos de voltar à Santiago sem o expresso mandado real. • Em 1527 já se encontra em Cabo Verde
Pires, António ¹⁴	<ul style="list-style-type: none"> • Criado do arcebispo de Lamego 	<ul style="list-style-type: none"> • Assina carta da Câmara (1512) • Tesoureiro dos dízimos da fazenda dos defuntos das ilhas de Santiago e Fogo (1529 – 1546) • Serve o ofício de Mempoiteiro mor dos cativos nas ilhas e Rios do Cabo Verde (?-1548) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercador • Proprietário rural – tem terra em São Martinho na ilha de Santiago • Carta de perdão – vendeu cavalos sem permissão da feitoria real (1548)
Rodrigues, Garcia ¹⁵		<ul style="list-style-type: none"> • Assina carta da Câmara (1512) • Juiz ordinário (1521) 	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietário rural

12 H.G.C.V., Corpo Documental, vol. I, doc. 77, 25 de Outubro de 1512; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 56, 63, 71, 75, 82, 108, 116, 142, 161, 172, 309, 312, 1513-1516; Christiano José de Senna Barcellos, Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, parte I, Lisboa 1899, p. 75;

13 IAN/TT, Núcleo Antigo nº 757; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 57, 60, 87, 103, 104, 122, 162, 164, 289, 290, 1513-1516; IAN/TT, Corpo Cronológico, II-140-148, 8 de Maio de 1527; IAN/TT, Núcleo Antigo nº 528, fls. 19-25, 38-43, 65v., 67, 68, 1528; IAN/TT, Chancelaria D. João III, Liv. 23, fl. 9, D.- 1, 23 de Janeiro de 1537; Gavetas da Torre do Tombo 5537.XX, 6-56; IAN/TT, CCI-36-93; 6 de Maio de 1517

14 IAN/TT, Núcleo Antigo nº 528, fls. 24, 25v., 1528; IAN/TT, Chancelaria de D. João III, L.º 41, fl. 61v., D. 4, 10 de Abril de 1529; António Brásio, M.M.A., 2ª série, vol. II, Lisboa, 1958-1968, doc. 101, 25 de Junho de 1540; IAN/TT, Chancelaria D. João III, Perdões e Legitimações, L. 7, fl. 105v., Doc. 1, 29 de Maio de 1548; IAN/TT, Chancelaria D. João III, Doações, L. 60, fls. 67-67v., Doc.3, 22 de Setembro de 1548; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. I, doc. 77, 25 de Outubro de 1512; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 262, 266,

15 IAN/TT, Corpo Cronológico, II-94-169, 28 de Fevereiro de 1521; IAN/TT, Corpo Cronológico, III-10-32, fls. 6-9v., 20 de Novembro de 1528; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. I, doc. 77, 25 de Outubro de 1512; ; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, pp.164, 183;

Rodrigues, João16 (o rico)	<ul style="list-style-type: none"> • Genro de Rodrigo Afonso Colaço • Tem casa e fazenda nos Alcatrazes • Teve uma filha ilegítima de uma escrava - Helena Rodrigues – filha que ele legitima em 1551 	<ul style="list-style-type: none"> • Assina carta da Câmara (1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Capitão do navio (1514) • Senhorio/ armador de um navio (1528) • Foi preso por contrabando (1531) • Em 1556 encontramos na documentação um certo João Rodrigues do Cabo Verde, vizinho de Sevilha
Santa Ana, Álvaro Anes de17	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Assina carta da Câmara (1512) • Alcaide (1515) 	<ul style="list-style-type: none"> • Armador • Proprietário rural – Obrigou-se a pagar de dizimo de toda sua fazenda de 1515 e de 1516 /.../ por 9.000 rs. a saber, 4.500 rs. por ano no fim de cada ano /.../” • Os rendeiros receberam da Álvaro Eanes 78 quintais de algodão pagos por Tomé Dias /eram os dízimos do 1º ano de arrendamento. Pagou mais do 1º ano 9.000 reais “/.../ de todo o dizimo de todo o ano /.../” (1517)
Santa Ana, Diogo Fernandes de18		<ul style="list-style-type: none"> • Assina carta da Câmara (1512) • Escrivão da Alfândega e Almoxarifado (1519-1521) • Escrivão da Feitoria do trato em Santiago (1526-1529) 	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos principais proprietários da dita ilha • Armador (1514, 1515) • Senhorio de um navio (1514) • Administrador de uma capela - na Igreja do Espírito Santo na vila da Ribeira Grande edificada por Rodrigo Vilharem (1515)

16 HGCv, Corpo Documental vol. I, doc. 77, 25 de Outubro de 1512; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 76, 78, 89, 93, 96, 108, 183, 120, 214; IAN/TT, CCII-96-179, 12 de Janeiro de 1521; IAN/TT, CCIII-10-32, fl. 24, 20 de Novembro de 1528; IAN/TT, Chancelaria D. João III, Perdões e Legitimações, Lº 12, fl. 30v., D. 2, 16 de Março de 1531; IAN/TT, Chancelaria D. João III, Perdões e Legitimações, Lº 15, fl. 309v., D. 1, 22 de Maio de 1551; Arquivo de Protocolos de Sevilha, ofício XV – Alonso de Cazalla, Livro 2º año 1557, 28 de Setembro de 1557;

17 IAN/TT, Núcleo Antigo nº 757; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 127, 128, 130, 212, 213, 217, 1513-1516; Christiano José de Senna Barcellos, Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné, parte I, Lisboa 1899, p.75.

18 HGCv, Corpo Documental vol. I, doc. 92, 25 de Maio de 1515; HGCv, Corpo Documental vol. II, pp. 289, 230, 253, 289, 300, 1513-1516.; IAN/TT, CCI-58-67, 23 de Março de 1537; IAN/TT, CCII-135-85, 28 de Agosto de 1526; IAN/TT, Núcleo Antigo, nº 528, 1528; IAN/TT, CCII-139/21, 9 de Fevereiro de 1527;

Vasconcelos, Fernão Mendes de19	<ul style="list-style-type: none"> • Fidalgo da Casa Real • Casado com Maria Lopes 	<ul style="list-style-type: none"> • Capitão da vila da Ribeira Grande (1508-1517) • Assina carta da Câmara (1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Armador (1513-1515) • Proprietário rural - A 1 de Fevereiro de 1516 faz avença com Francisco de Lião, rendeiro dos dízimos da ilha de Santiago, obrigando-se a pagar por toda sua fazenda tem na ilha de dizimo, por 2 anos, 15.000 rs. a saber 7.500 rs. por cada ano /.../” na vila da Ribeira Grande em dinheiro ou “algodão limpo ou sujo asy como valer pela terra” • Proprietário de imóveis na Ribeira Grande (1517)
Vaz, Pêro20	<ul style="list-style-type: none"> • Irmão de Gonçalo Vaz que foi alcaide em 1528 e guarda de navios de Outubro de 1528 a Janeiro de 1529 	<ul style="list-style-type: none"> • Assina carta da Câmara (1512) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercador

Pelo quadro acima apresentado, que contém todos os dados disponíveis sobre os assinantes das duas cartas e no qual figuram uma grande parte dos “homens poderosos” de Santiago das segunda e terceira décadas do século XVI, período de crescente prosperidade da ilha, podemos verificar que entre os 18 assinantes:

- 11 são grandes empresários do tráfico (armadores), dos quais um é rendeiro dos rendimentos das ilhas de Santiago, Fogo e Maio (1514-1516) e outro é capitão da vila da Ribeira Grande (1508-1517);
- 6 são membros da nobreza, desde o simples criado do arcebispo de Lisboa até ao fidalgo da Casa-del-Rei;
- dos 7 que não são armadores, três são proprietários rurais (dos quais um é também mercador), um é capitão de navio, dois são mercadores e o último, embora se desconheça a sua fonte de rendimentos, é o próprio João Jorge, procurador do Concelho, escudeiro da Casa Real,

¹⁹ HGCv, Corpo Documental vol. I, doc. 77, 25 de Outubro de 1512; IAN/TT, Núcleo Antigo nº 757; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, pp. 54, 70, 106, 109, 145, 146, 221, 229, 266, 310, 311, 315, 316, 317, 318, 319, 1513-1513; Sena Barcelos I, p. 76; IAN/TT, Núcleo Antigo nº 558, fl. 40, 2D; 29 de Janeiro de 1515

homem que detêm o acesso directo ao rei, seu senhor. É interessante verificar que apenas cinco desses homens estão envolvidos na administração régia das ilhas, principalmente nos ofícios ligados à alfândega.

A análise da posição social dos assinantes dessas cartas confirma-nos que o poder local na ilha de Santiago estava nas mãos de um grupo de “homens poderosos” vindos do Reino. Entre eles encontravam-se escudeiros, fidalgos, cavaleiros da ordem de Santiago. Instalaram-se na ilha para armar²¹ e comerciar, e, por necessidade do trato, tornaram-se grandes proprietários rurais. Falavam de igual para igual com os oficiais régios e contavam sempre com o apoio de suas famílias e conhecidos no Reino.

Estes homens viviam numa sociedade cosmopolita, estavam ligados ao mar e para ele virados. As suas ligações ao interior rural da ilha, eram de armadores-comerciantes que, como proprietários rurais, cultivavam nas suas terras os produtos necessários para uma actividade mais lucrativa — a armação.

A elite que governava a ilha de Santiago e Fogo detinha através de seu poder económico uma clientela fiel e leal. Cada um dos armadores/proprietários rurais “/.../ dava de comer /.../ na sua mesa e todo o agasalhamento necessário /.../”²² a um grupo de apaniguados, dependentes que eram utilizados por ele na defesa dos seus interesses e dos do grupo social a que pertencia.

Esta elite tinha um contacto directo com a Coroa, não somente através da Câmara mas, também, através de contactos pessoais no Reino. Parte deles,

²⁰ Idem, p. 141, 1513-1516; IAN/TT; Núcleo Antigo nº 528, fl. 35v., 1528, HGCv, Corpo Documental vol. I, doc. 77, 25 de Outubro de 1512; H.G.C.V., Corpo Documental, vol. II, Lisboa, 1990, p. 141; IAN/TT, CCII-180-66, 16 de Julho de 1534; IAN/TT, CCII-180-66, 22 de Novembro de 1533;

²¹ Sobre os moradores armadores da ilha de Santiago ver: Maria Emília Madeira Santos e Iva Cabral, “O nascer de uma sociedade através do morador-armador”, publ. *H.G.C.V.*, vol. I, Lisboa, 1991, pp. 371-409.

²² IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, Doações e Privilégios, L.º 45, fl. 62v.º. D. 1, 11 de Julho de 1533.

em especial os nobres e suas famílias, pertenciam à aristocracia reinol, viviam nas ilhas por ser ali que se adquiria riqueza e se abria as portas para o mundo novo que estava a ser criado. Em Cabo Verde eles tinham a possibilidade de fazer parte do grupo de vanguarda que entrou na aventura das descobertas marítimas e da colonização de novos espaços, adquirindo lucros no comércio de longa distância²³ com a venda dos produtos que o continente africano introduziu no mercado global, tais como os escravos, a cera, o marfim, e outros.

O poder político, representado pelas Câmaras Municipais, foi um dos principais instrumentos utilizados pela elite comercial das ilhas. Isto porque, a participação na Câmara tinha uma importância enorme numa sociedade dividida entre “/.../ a Câmara e os oficiais dela fidalgos cavaleiros e pessoas nobres do regimento da terra /.../” e o povo “/.../”.

Na luta entre os vizinhos e as autoridades judiciais a elite de Santiago quase saía vencedora, porque tinha interlocutores directos na Corte, manipulando as informações por forma a acusar os oficiais régios. Estes últimos, embora denunciassem a situação nas ilhas e acabassem por ser inocentados pelas instâncias superiores do governo central, já tinham perdido a oportunidade de servir o seu cargo, já tinham gasto tempo e fazenda e apenas podiam defender-se, em vez de imporem o castigo àqueles que os tinham ultrajado. Assim, Pêro Guimarães, corregedor das ilhas em 1517 dirige, numa carta, o seguinte aviso ao Rei: “/.../ E olhe Vossa Alteza e seja lembrado de se enformar como os outros corregedores que a esta ilha vieram como foram tratados **dos maos** que nenhum a ela não veio que pudesse acabar de vos servir seis meses do ano porque com estas cousas que lá vão dizer fazem causa para Vossa Alteza os mandar ir /.../”.²⁴

²³ Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vols., Editorial Teorema, Lisboa, 1992-1993.

²⁴ Ver: Carta do corregedor Pêro Guimarães, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-36-93, 6 de Maio de 1517.

Os homens que dominaram o poder político local das ilhas na primeira metade do século XVI eram fiéis vassalos do rei, seus escudeiros e fidalgos. A luta travada com os corregedores e outros agentes da Coroa tinha como motivação preponderante a vontade de uma maior autonomia na busca de lucros com o trato na Costa da Guiné. Os homens do poder local resguardavam quanto podiam as relações com o soberano. Eles sabiam como dirigir-se à real indulgência, apresentando-se como inocentes vivendo numa terra solitária a seu serviço. Assim os assinantes da carta ao Secretário do Reino pedem-lhe “que estes serviços e outros que cada dia fazemos a sua alteza, lhe apresente per nós quando compyr. E asy ficamos, leyxando nas mãos de vossa mercê como cryados vossos.”²⁵.

Resumindo, podemos descrever a primeira elite cabo-verdiana desta forma: Era constituída por armadores/mercadores e proprietários rurais (século XVI), reinóis (brancos e muita vezes nobres), que aproveitando a oportunidade de negócios encetada pela descoberta do estratégico arquipélago de Cabo Verde, e pelos privilégios (alfandegários) que os seus moradores auferiam, aventuraram-se, instalaram-se e construíram na ilha de Santiago a primeira cidade lusa dos trópicos que se tornou, nesse período, em uma das escalas mais procuradas no Atlântico.

Durante o século XVI os armadores/moradores controlavam a importação e exportação das mercadorias valiosas (escravos, cera, marfim, e outras) vindas da costa da Guiné para Santiago, possuíam a propriedade da terra, e eram os principais detentores da produção interna de produtos agrícolas e manufactureiros utilizáveis no trato com continente fronteiro.

²⁵ IAN/TT, *Corpo Cronológico, I-I2-23*; HGCV, *Corpo Documental*, vol I, Lisboa, 1988, doc. 77, p. 214, 25 de Outubro de 1512.

A sociedade cabo-verdiana dessa época pode ser definida principalmente pela predominância de duas camadas principais: os reinóis (armadores, mercadores, oficiais régios) e os escravos. Na pirâmide social santiaguense a camada intermédia encontra-se mal estruturada e por isso não detem ainda um papel determinante na sociedade: os homens livres pretos são pouco numerosos e os homens brancos ou fazem parte da clientela (da casa) dos armadores ou integram a população flutuante que aporta aos portos de Santiago (artesãos, marinheiros, pequenos comerciantes) e aí reside pouco tempo.

A estrutura da sociedade é escravocrata — as duas principais classes sociais (a elite europeia e os escravos) são produto do tráfico negreiro; o escravo é a mão-de-obra principal, se não a única, utilizada na produção agrícola e manufacturaria; a economia da ilha depende totalmente da importação e exportação da mercadoria preciosa que era o escravo.

A necessidade de produzir mercadorias para o trato na costa da Guiné obrigou os armadores a olharem com interesse para o interior da ilha de Santiago e para a ilha do Fogo e importarem escravos para o preenchimento rural do *hinterland* tornando-se assim nos principais povoadores do arquipélago.

A elite armadora não só teve o controlo do poder local, mas também uma comunicação privilegiada com o poder central através dos seus familiares reinóis, muitas vezes bem colocados na Corte. O poder de ultrapassar os agentes régios da ilha e dirigir-se directamente ao rei permite-nos definir essa elite como nobreza insular — ramo da nobreza reinol — que durante todo o período em que dominou a sociedade santiaguense deteve o poder económico e político no arquipélago e na costa da Guiné e teve um papel preponderante na instauração do império colonial português no Atlântico.